NAPOLEÃO FIGUEIREDO

GILBERTO FREYRE, CASA-GRANDE & AMAZÔNIA

[DOCUMENTO Nº 146]

FREYRE, muitas vezes revisto por outros colegas e por si mesmo, nos prefácios das diversas edições de *Casa-Grande & Senzala*, representa a primeira tentativa de explicação da formação da sociedade brasileira. Seu trabalho, que apresenta, no entanto, limitações de ordem teórica e é válida ao tempo da redação dele, não resiste às análises mais profundas, quando trabalhadas sob orientações metodológicas atuais, quais sejam, as estruturais, as neoevolucionistas e as de antropologia-ecológica.

Para Freyre, a explicação da formação dessa sociedade, que repousa na família patriarcal da casa-grande, é idêntica para todo o Brasil. A generalização desses conceitos, decalcados à base de uma abordagem de ordem histórico-comparativa, com suporte em uma bibliografia com base em fontes primárias então conhecidas, quando da publicação de sua obra, faz estender a casa-grande e com ela, todos os seus aspectos e todas as suas implicações a todo território brasileiro. É bem verdade que ela existiu, porém, em

Gilberto Freyre,
Casa Grande & Amazônia

Documento N.º 146

Napoleão Figueiredo
Universidade Federal do Pará

Gilberto Freyre,
Casa Grande & Amazônia

Documento N.º 146

Separata da revista de cultura do Pará
Ano 4 – nªs 16 e 17 – Julho;dezembro – 1974
Belém – Pará – Brasil

Somos um Amazonas cheio de orgulho da nossa gente, de nossas raízes, de nossa extraordinária vida cultural. Cada vez mais vamos investir no grande potencial da nossa cultura, na capital e no interior, com o foco na geração de oportunidades para novos talentos.

Omar Aziz

Mensagem proferida pelo governador Omar Aziz à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em fevereiro de 2011.

APRESENTAÇÃO

Conheci de perto e convivi por alguns anos com mestre Gilberto Freyre, o grande nome da sociologia e da interpretação da vida e da alma brasileira. Foi com ele e por ele que consegui fazer instalar em Manaus a Superintendência Norte da Fundação Joaquim Nabuco e o Museu do Norte, há alguns anos. Mestre por todos os saberes, era dos que gostavam de tratar com a juventude, falar aos jovens, matar a sede de conhecimento e estimular as pesquisas. Anotava, aqui e ali, tudo que considerava interessante para as suas pesquisas e de alguns amigos. Frases de para-choque de caminhão, nomes comerciais curiosos, ditados populares, expressões regionais, dando a cada um dos seus registros o destino certo. Nada era em vão. Estudioso do luso-tropicalismo na Amazônia, era na sua Recife, fosse em Apipucos ou na sede da fundação que criou e dirigiu até o fim da vida, que reunia constantemente pesquisadores e estudiosos para debater as questões mais relevantes de interesse do país.

Todas as vezes que é possível reavivar as obras de Gilberto, por ele mesmo ou por estudos a seu respeito, entendo que é dever do Poder Público fazê-lo, exatamente para permitir que os mais novos possam melhor conhecê-la, e, se apropriando de tal conhecimento, entender mais e melhor a vida social brasileira.

Por isso a reedição deste trabalho de Napoleão Figueiredo, abordando de forma precisa, em síntese, Gilberto Freyre, Casa-Grande & Amazônia, lançado originalmente em 1974 na Revista de Cultura do Estado do Pará na qual também escreveram Genesino Braga, Arthur Reis, Mário Ypiranga Monteiro e outros prosadores e poetas dignos de nota. Todos os estudos sobre o livro Casa-Grande e Senzala, um dos clássicos da literatura brasileira, merecem acolhida, especialmente nas Edições Governo do Estado que devem privilegiar temas e autores de qualidade. É uma proposta de entender a formação da sociedade amazônica a partir da compreensão de Freyre em seu livro mais importante. E feita de maneira simples, objetiva, direta, sucinta, de modo que motiva o leitor.

Esta reedição pretende popularizar esse estudo, seu autor e principalmente a forma de apreciação da sociedade amazônica.

Robério Braga

Gilberto Freyre,
Casa Grande & Amazônia[1]

Napoleão Figueiredo
Universidade Federal do Pará

INTRODUÇÃO

FREYRE, muitas vezes revisto por outros colegas e por si mesmo, nos prefácios das diversas edições de Casa-Grande & Senzala, representa a primeira tentativa de explicação da formação da sociedade brasileira. Seu trabalho, que apresenta no entanto, limitações de ordem teórica e é válida ao tempo da redação do mesmo, não resiste à análises mais profundas, quando trabalhadas sob orientações metodológicas atuais, quais sejam, as estruturais, as neo-evolucionistas e as de antropologia-ecológica.

Para Freyre, a explicação da formação dessa sociedade, que repousa na família patriarcal da Casa-Grande, é idêntica para todo Brasil. A generalização desses conceitos, decalcados à base de uma abordagem de ordem histórico-comparativa, com suporte em uma bibliografia com base em fontes primárias então conhecidas, quando da publicação de sua obra, faz estender a Casa-Grande e com ela, todos os seus aspectos e todas as suas implicações à todo território brasileiro. É bem verdade que a mesma existiu, porém em cada região fisiográfica, em cada meio ambiente, apresentou características próprias, onde em muitas dessas regiões, não teve a importância e as dimensões observadas no nordeste agrário.

A nosso ver, a análise desse processo envolve preliminarmente uma perspectiva de trabalho, pois duas alternativas são oferecidas: a primeira levaria-nos a tratar o tema debaixo de uma vizualização global, onde a formação da sociedade brasileira, quer do ponto de vista étnico quer cultural, seria a resultante de atividades econômicas que criaram uma infra-estrutura, em torno da qual todos as relações étnicas e culturais se fizeram, dando como conseqüência,subculturas

1 Aula-conferência pronunciada no Curso Especial sobre os diferentes aspectos da obra Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, promovido pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade federal da Bahia em 25-10-1974.

regionais, configuradas de formas teórica em regiões culturais brasileiras, como a bordagem realizada por Diégues Jr. (1960) que, partindo das relações do meio físico e das condições econômicas, das inter-relações do processo de crescimento demográfico, econômico, social e cultural, e das ocupações dos vazios demográficos, divide o Brasil em regiões culturais, as quais, apesar da aparente diversificação, guardam entretanto uma unidade marcante que por sua vez caracteriza o que poderíamos chamar de cultura brasileira.

A segunda alternativa, envolveria o estudo etnográfico dos contigentes étnicos formadores dessa sociedade, não vizualizados apenas em termos descritivos, porém através de critérios como os sugeridos por Ribeiro (1968), onde constaríamos que essas culturas estavam atravessando diversos estágios civilizatórios, quais sejam: de Aldeias Agrícolas Indiferenciadas, para os grupamentos indígenas, caracterizado em povos não estratificados em classes, que se fizeram lavradores de tubérculos e cereais; de Impérios Mercantis Salvacionistas, para o elemento português, caracterizado por povos, que ao mesmo tempo que possuíam núcleos metropolitanos, possuíam igualmente complexos contrapostos, porém nitidamente complementares, marcados num contexto extremo, objeto de sua exploração que se configura como colonialismo de caráter escravista, mercantil ou de povoamento; e finalmente de Aldeias Agrícolas indiferenciadas a Hordas Pastoris Nomades, para o elemento africano, este ultimo caracterizado por povos que se especializaram na criação de animais, ajuntando todo seu modo de vida às condições de sobrevivência e de multiplicação dos rebanhos, para concluirmos como Ribeiro (1972: 103-104) que "os conceitos de cultura, aculturação, deculturação, de marginalidade, de defasagem e de alienação cultural, bem como os de cultura autêntica e de cultura espúria, são instrumentos de trabalho indispensáveis à compreensão do processo pelo qual a sociedade e a cultura brasileira se vêm plasmado. No estudo desse processo se observa como as matrizes indígenas, africana ou européia entraram em conjunção no Brasil, para compor, através da interação de seus elementos, primeiro alguns protocélulas novas porque já não correspondiam às matrizes originais e seus membros não se identificavam com elas. Depois, para crescer e diversificar-se pela multiplicação daquelas células, pela sua diferenciação por adaptação a ambientes ecológicos contrastes; pela

sua especialização no exercício de diferente atividades produtivas; pela agregação de elementos novos devidos à sua própria criatividade ou adotados de outros contextos culturais; e pela incorporação de novos contingentes humanos que lhes emprestam certos coloridos sengulares".

Adotando para efeitos de análise a segunda posição, tentaremos discutir,partindo dessa opção, questões acerca de regularizações e levantando questões, mostrando a inadequação do modelo proposto em Casa-Grande & Senzala, onde a luz de novos informes e de outra abordagem, sugerimos como Ribeiro (1972:104) que "a cultura brasileira não pode ser entendida, sem se atentar para três ordens de diferenciações que experimentou: as temporais, correspondentes às suas distintas conformações históricas (colonial, neocolonial e nacional) e aos esforços sucessivos de integração nos processos civilizatórios (mercantil-salvacionista e imperialista-industrial); sociais, com subculturas correspondentes à estratificação em classe (senhorial, servil, popular); a regional, concorrentes às diferenças de adaptação ecológica que se plasmaram como distintas áreas culturais".

Assim, após levantarmos o quadro de referência com a apresentação e a discussão dos problemas, estendemos os mesmos à Amazônia e como conclusões, apresentamos sugestões sobre as questões levantadas.

O QUADRO DE REFERÊNCIA

A história das Ciências Sociais no Brasil está diretamente ligada à criação da Universidades Brasileira. Os anteriores a esse período que tem seu início na década de 30, foram realizados por cientistas estrangeiros, brasileiros formados em universidades no exterior ou por brasileiros autodidatas, estes últimos sem formação acadêmica sólida que lhes permitisse ir além dos elementos descritivos, sem perspectiva de vizualização teórica, fundamental para a compreensão dos fatos estudos.

Os primeiros cursos de Ciências Sociais nos principais centros universitários brasileiros, abrindo novas perspectiva para o ensino acadêmico de então, proporcionou a vinda de especialistas qualificados

de outros centros universitários ou de pesquisa no Exterior. Isso resultou na transmissão de experiências e vivências, somente encontradas nas Universidades estrangeiras e nos compêndios em língua que não a portuguesa, estes últimos, "devorados" com avidez por uma clientela de "repetidos", que formavam uma falsa elite de Intelectuais dedicados às Ciências Sociais.

Os primeiros cursos ministrados por esses especialistas foram salutares para o desenvolvimento das diversas disciplinas sociais e são responsáveis pela atual situação das no Brasil.

O resíduo deixado por esses cursos proporcionou a formação de um pequeno inúmero de profissionais, que posteriormente prosseguiram seus estudos em Universidades estrangeiras ou brasileiras e que mais tarde, transmitindo nas salas de aula, nos gabinetes e laboratórios de trabalho, uma nova vivência e uma nova experiência científica, resultou na criação dos atuais "Centros de Excelência" que são hoje os núcleos de pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade Brasileira.

É nesse momento que surge no campo da pesquisa, da análise da Sociedade Brasileira – Casa-Grande & Senzala.

Partindo de uma abordagem eclética, onde ao lado de um historicismo palpável, se encontra latente as especulações teóricas voltadas para uma vizualização de perfil psicológico, traçados dentro de uma linha de "cultura e personalidade", adota a posição de Boas, quando refere que "Foi o estudo da antropologia sobre a orientação do Professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a descriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de Influências sociais, de herança cultural e de meio. Nesse critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família". (Freyre, 1952:18).

Sua definição sobre a formação da sociedade brasileira que emergia é encontrada quando refere que: "No Brasil, entre os brancos e os povos de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas de um lado pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres

brancas entre os conquistadores. O açúcar não só abafou as indústrias democráticas do pau-brasil e de peles, como esterilizou a terra, numa grande extensão em volta dos engenhos de cana, para os esforços da policultura e da pecuária. E exigiu uma enorme soma de escravos. A criação de gado, com possibilidades democráticas, deslocou-se para os sertões. Na zona agrária desenvolveu-se com a monocultura absorvente, uma sociedade semi-feudal – uma minoria de brancos e brancarões dominando patriarcas, polígamos, do alto das casas-grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas, como os lavrados de partido, os agregados, moradores da casa de taipa e palha, vassalos das casas-grande em todo rigor da expressão". (Freyre, 1952:20).

Tudo nos indica que, quanto à primeira abordagem sugerida, tentada principalmente por Diégues Jr. (1960, 1963, 1963-A, 1964) e por nós mesmos (Figueiredo & Vergolino e Silva, 1971; Figueiredo, 1973), concluiríamos que, partindo basicamente das condições naturais oferecidas pelo meio físico e da evolução das atividades econômicas, os processos de ocupação da terra foram fundamentalmente vinculadas às características fisiográficas de cada porção do território brasileiro.

Quanto ao elemento humano, o indígena, o colonizador português e o escravo africano (nenhum deles portador de unidade étnica ou cultural) e que produziram os mais diversos tipos étnicos no Brasil – mulato, mameluco, cafuso, curiboca, cabra, caboclo, pardo – representam os elementos básicos da formação de uma sociedade luso-brasileira, posteriormente de uma sociedade neo-brasileira que nos dias de hoje expressa características próprias, definidas de tal modo que forma uma unidade nacional.

O início da evolução desse processo é encontrado no empreendimento da colonização, caracterizando fundamentalmente por um sistema de exploração latifundiária, monocultura e escravocrata, com base na plantação da cana-de-açúcar introduzida pelo português no nordeste basileiro.

Outros núcleos entretanto se formaram, e conforme sua localização, responderam a outros imperativos econômicos e políticos.

A "fazenda", nome genérico com que foram conhecidos esses pontos de convergência e de fixação à terra, quer fossem de base

agrícola, mineradora ou extrativista, formaram os locais de encontro dessas culturas, que eram igualmente centros sociais e demográficos, pois além de focos de produção econômica, eram também o elemento palpável, mensurável e atuante, que tornaram possível a ocupação de terra e que, posteriormente, refletindo variedades de povoamento, condicionaram a expansão das frentes pioneiras de penetração.

Esses focos ou núcleos, correspondem no Brasil, ao sentido do "plantation" utilizado por Harris (1967), ou seja, "propriedade agrícola organizada para suprir um mercado abundante de capital, em que os fatores de produção são empregados primordialmente para aumentar o acumulo de capital sem referência às necessidades de gabarito social dos proprietários; onde as relações sociais tendiam a ser íntimas e altamente pessoais".

Diégues Jr. (1959), nos esclarece que "a forma clássica do "plantation" sofreu no Brasil naturais adaptações oriundas das condições culturais do país, e ainda em face das próprias exigências do ambiente tanto físico como social. Desta maneira, aspectos peculiares podem ser encontrados no sistema agrário do tipo "plantation", no Brasil, cujas explorações agrícolas passaram por condicionamentos e acomodações para sua mais completa integração nos quadros humanos e cultuais do país. Cada uma dessas explorações tem, entretanto, marcas próprias, que a caracterizam dentro da generalização do "plantation", com peculiaridades quer no referente às relações entre proprietários e trabalhadores, quer na forma de concentração da propriedade e o papel exercido pelo proprietário, quer ainda no uso da terra, quer também na fixação do elemento humano como trabalhador nas plantações".

O mesmo autor seleciona nos tipos de "plantation", três tipicamente agrários – a cana-de-açúcar, o café e o cacau – pois os mesmos, "são, na exploração agrícola do Brasil os mais característicos, salientando-se um pela sua antiguidade, outro pela expansão que teve, e o terceiro pela marca assinalada à região onde se desenvolve o seu plantio.

Além disso, ocupam essas três culturas agrárias áreas diferentes do Brasil: a cana-de-açúcar, espalhada pelo litoral no nordeste, alongando-se em seus primórdios até o extremo norte, fixou-se mais nitidamente na faixa do litoral e da mata de Pernambuco. Alagoas e Sergipe, e no recôncavo baiano, aparecendo ainda na zona de

Campos, Rio de Janeiro, e, com desenvolvimento mais recente, em São Paulo; o café, iniciando-se no solo fluminense, alcançou parte do território mineiro, entrou pelo de São Paulo, atingindo já em nossos dias o solo do Paraná, cujo o norte cruzou, a partir de 1930, para penetrar em terras de Mato Grosso, como acontece nesse momento; e o cacau, desenvolvida sua cultura nos solos do sul baiano, onde encontrou, nos fins do século XIX, zona de floresta adequada a ser desbravada, o que foi feito com o plantio de cacauais, ai implantando, tal como sucedeu igualmente com a cana-de-açúcar e o café, nas suas áreas de domínio, um modo de vida peculiar típico e característico". (Diégues Jr.,1959).

Assim, a "fazenda" constitui a "comunidade colonial" onde com o ocorrer do tempo se estruturam as classes sociais e onde os casamentos e as relações ilícitas contribuíram para a mestiçagem, que dado o seu maior relacionamento com o colonizador, fizeram passar as grandes propriedades e os bens do mais afortunados, para os filhos das mulatas, mamelucas e cabrochas, caracterizando conforme condições, atividades econômicas e modos de vida, a ocupação da terra e a "tropicalização" dessa nova sociedade emergente.

A montagem de um modelo capaz de servir de base para análise dos elementos culturais que se mesclaram, nos conduzirá fatalmente à segunda expectativa de trabalho, adotada por Ribeiro (1972) que partindo de um antropologia dialética, voltada para o estudo integrado de culturas concreta com base em pesquisa de campo, utilizando esquema conceitual que opera em quatro abordagens mutuamente complementares, tais como: o estudo das configurações histórico-culturais, a análise das formações sócio-econômicas, o exame das conjunturas sócio-políticas mediante a análise da interação conflitiva de seus componentes e uma interpretação da função social das ideologias, conclui que ao longo de seus quase cinco séculos de história, o Brasil apresenta variações dentro do autêntico e do espurio, "onde a defasagem cultural é principalmente uma assincronia decorrente do próprio processo de atualização histórica em que a sociedade nacional se constituiu, integrando-se na economia mundial como colônia escravista e, mais tarde, reintegrando-se nela como uma formação neocolonialista" (Ribeiro, 1972:113).

A pesquisa científica sobre a formação dessa sociedade que emergiu no decorrer de quatro séculos de relações étnico-culturais, tem início no Brasil com o advento da Universidade e seu marco é Casa-Grande & Senzala; e os estudos sobre os contigentes étnico formadores da mesma – o índio, o português colonizador e o escravo africano – não tiveram para cada um deles, uma sequência teórica ordenatória desses estudos. Verificamos igualmente uma defasagem de orientação sistemática cronológica para os mesmos.

Assim os estudos sobre os indígenas brasileiros são mais antigos, pois as notícias sobre os mesmos, são encontrados nos primeiros documentos sobre a descoberta do Brasil aos trabalhos científicos dos dias de hoje.

As informações sobre esses grupos no século XVI, estão contidas nas obras dos cronistas, principalmente Pero Vaz de Caminha, Hans Staden de Lery, Joseph de Anchieta e Gabriel Soares de Souza, que nos trazem referências principalmente sobre os Tupinambá.

O século XVII é marcado pela contribuição dada pelos missionários, principalmente Claude d'Abeville e Yves d'Evreaux, sobre os Tupi do Maranhão; Laet, Barlaeus, Marcgrave, Roulox Baro, sobre os índios do nordeste brasileiro; Acuña e Maurício de Heriarte, sobre os grupos indígenas da Amazônia; Vasconcelos que tenta classificação dos grupos tribais brasileiros e Montoya com sua obra lingüística.

As referências do século XVII são encontradas nas obras dos naturalistas viajantes tais como Alexandre Rodrigues Ferreira, sobre os índios da Amazônia; Francisco Rodrigues do Prado, sobre os Guaikuru e Sanchez Labrador sobre os Guaikuru e Guaná.

Os cientistas naturais trazem a contribuição do século XIX na obra de Wied-Neuwied sobre os Botocudo e von Martius que tenta classificação dos índios brasileiros debaixo do ponto de vista lingüístico.

O fim do século é marcado pelas expedições de Von den Stein e Paul Ehrenreich à região do Alto Xingu e do Araguaia, e que constiuem na verdade, o início do trabalho científico antropológico no Brasil.

Temos ainda a salientar as contribuições deixadas por Boggiani, sobre os Kaduveo, Gonçalves Tocantins, sobre os Munduruku e

ainda os de Almeida Serra, Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Telemaco Borba e o Visconde de Taunay.

A proporção que aumenta o interesse de estudo dos grupos indígenas brasileiros, os mesmos passam a ser encaminhados dentro de uma nova visão científica antropológica, iniciada por von den Stein e Paul Ehrenreich, e assim o trabalho de campo tem no século XX a sua grande expressão.

Max Schmidt, estuda as técnicas de tecelagem dos Guató e dos índios do Alto Xingu; Kock Grümberg, a mitologia dos índios do rio Negro; Fritz Krause, estuda os índios do rio Araguaia; Curt Nimuendaju, os Guarani e tribos da Amazônia; Cobalchini e Albiseti, os Bororo; e temos ainda a referir os trabalhos de Capistrano de Abreu sobre os Kaxinauá; Roquete Pinto sobre os Paresi e Nambikwara, que formam o conjunto que antecede a formação de profissionais brasileiros que surgem com a Universidade.

E, assim, ao lado dos trabalhos de Charles de Wagley & Galvão sobre os Tapirapé e Tenetehara; Jules Henry sobre os Kaingang e Levi-Strauss sobre os Nambikwara, surgem as contribuições de Florestan Fernandes sobre os Tupinambá; e Egon Schaden sobre Mitologia.

Dos primeiros passos dados através dos cursos ministrados na Escola de Sociologia e política de São Paulo, às disciplinas antropológicas ministradas nos diversos cursos das antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, ou ainda aos cursos avulsos de pós-graduação; e destes, aos Departamentos dos Centros ou Institutos na atual universidade Brasileira, com seus "Centros de Excelência" (cursos de formação, mestrado e doutoramento) às contribuições deixadas por antropólogos nacionais e estrangeiros, leva-nos a classificar esses estudos em dois grupos bem distintos: o primeiro, voltado para a descrição isolada e monográfica de tribos, onde a característica ainda é a escola Histórico-Cultural de Bastian, voltada para a visão de que se havia aproximado da última hora dos povos primitivos e com isso, a necessidade de salvar o máximo, no naufragio do tempo, cultura para a posteridade; enquanto o segundo, envolve as perspectiva de conjunto.

Da última abordagem que representa a situação atual da etnologia indígena brasileira, destacam-se as contribuições de Ribeiro (1956; 1970) onde é apresentada uma classificação desses grupos indígenas em termos de rítmos de conservação, de

descaracterização e de desaparecimento, determinando diferentes graus de integração dos mesmos à sociedade nacional (isolados, contato intermitente, contato permanente e integrados), diante da natureza das frentes de penetração nacional (extratista, pastoril e agrícola); de Galvão (1960) que, partindo de uma base temporal definida da natureza dos contatos externos e internos, do contexto cultural das frentes pioneiras de penetração nacional e da distribuição espacial dos elementos culturais, estabelece áreas culturais distintas para esses grupos; de oliveira (1963; 1964; 1966) que partindo de uma elaboração teórica mais refinada, estudando o processo de integração desses grupos indígenas à sociedade nacional, assinala o sentido destruidor resultante desse tipo de contato que denomina de "fricção interétnica", e finalmente os estudos de Moreira Neto (1967) que partindo de uma abordagem temporal, tenta definir através da política indigenista do Brasil-Colonia à FUNAI, a constante história (indigenato) da relação índio e frentes pioneiras de penetração.

Paralelamente à essa última abordagem, destacam-se trabalhos sobre: mudança cultural, xamanismo, magia, religião, mitologia e organização social, demografia, aquisição de sustento, ergologia, estudo de psique indígena, disbuição geográficas de alimentos culturais e orientações voltadas para definições de poliítica indigenista brasileira.

Uma visão de conjunto dos estudos da Etnologia Indígena Brasileira é encontrada nos trabalhos de Baldus (1954, 1968) que registra e critica "as notícias dadas pelos brancos acerca dos índios do Brasil. Também das interpretações que tais notícias sofreram entre aqueles..."

Quanto ao elemento português, o mesmo é objeto de análise dentro de uma abordagem sócio-histórica com ênfase na economia e na estrutura, na obra de Freyre (1951, 1952) onde é traçada a história da sociedade patriarcal no Brasil, ou nas obras de conjunto, onde destacam-se os trabalhos de Ramos (1951), Azevedo (1958), Prado Jr. (1957), Furtado (1959) e Diégues Jr. (1963, 1963-A, 1964).

Quanto ao elemento africano, verificamos que a tentativa de determinação étnica dos escravos africanos, utilizando-se como fonte os documentos do tráfico negreiro e do comércio de escravos, forma o conteúdo de um esquema historicista, encontrado nas obras de João Ribeiro, Sílvio Romero e Pandiá Calogeras, onde são

investigados os locais de procedência de escravos, bem como os pontos de entrada dos mesmos no Brasil e dos traços culturais de que esses africanos eram portadores, orientação essa que termina por identificar como "bantus" os grupos étnicos aqui entrados.

A afirmação dos autores que se filiaram a esse ponto de vista, não havendo apresentado conclusões satisfatórias, face a ausência de veracidade das fontes, constituíram as bases de um esquema falho, criticado por Nina Rodrigues (1945) que inicia por sua vez uma outra forma de análise, o de etnologia comparada, no qual prosseguindo esses estudos, não logra êxito em sua tentativa de estabelecer conclusões válidas, pois caindo no exclusivismo "Nagô" culmina por identificar como "sudanesas" todas as culturas africanas aqui entradas.

Ramos (1951) segue a mesma orientação, porém parte de outras premissas – as sobrevivências culturais dos grupos africanos aqui entrados – e classifica essas sobrevivências em três grupos distintos: Culturas Guineano-Sudanesas; Culturas Guineano-Sudanesas-Islamisadas e Culturas Bantu, que parece ter sido considerada válida, a julgar pelo número considerável de monografias regionais publicadas, tais como os trabalhos de Pereira (1947) e Eduardo (1966), para o Maranhão; Fernandes (1941) e Ribeiro (1952) para Pernambuco; Duarte (1952) para Alagoas; e Valente (1955;1964), de maneira geral, todos apresentando quadros sincréticos e análises de divindades africanas.

A etapa seguinte que representa a atual situação desses estudos no Brasil, não está mais voltada para a notícia histórica ou sobrevivências culturais, porém à integração do elemento negro à uma sociedade de classes, onde se destacam os trabalhos de Bastide & Fernandes (1959); Fernandes (1969; 1965; 1968); Cardoso (1962); Costa (1966); Ianni (1962) e Pereira (1967).

Paralelamente à essa abordagem, vamos encontrar o estudo de religiões em sobrevivências africanas e estudos de ajustamento social, onde são marcantes os trabalhos de Bastide (1945, 1961, 1971, 1973) Carneiro (1936,1937, 1954, 1964); Eduardo (1966); Ribeiro (1952); Camargo (1961); Leaoock (1972); Steger (1972); Gerbert (1970) e outros.

O elemento africano tem sido objeto igualmente de análise sócio-histórica, com ênfase na economia e na estrutura social,

na obra de Freyre (1951; 1952); ou nas obras de conjunto onde sobressaem os trabalhos de Ramos (1951); Azevedo (1958); Prado Jr. (1957); Furtado (1959) e Diégues Jr. (1963, 1963-A, 1964).

Os africanos e seus descendentes aparecem ainda nas obras voltadas para o estudo da unidade nacional brasileira tais como nos trabalhos de Bastide (1959); Wagley (1959); Lambert (1967), Smith (1967) e Ribeiro (1972).

A visão etnográfica do elemento indígena, do português colonizador e do elemento africano, deve partir por sua vez, de situações teóricas que envolvam preliminarmente um conceito de cultura e uma classificação para a mesma.

Uma classificação atual, nos levará a vizualizar, como o fez Ribeiro (1968) todos os traços culturais em níveis operacionais, quais sejam: o nível adaptativo, compreendendo o conjunto integrado de modos culturais, de ação sobre a natureza necessária à produção e reprodução de condições materiais de existência de uma sociedade; o nível associativo,compreendendo os modos de regulamentação das relações entre as pessoas para o efeito de atuarem conjugadamente no esforço produtivo e na reprodução biológica do grupo; e finalmente o nível ideológico, compreendendo além das técnicas produtivas e das normas sociais em seu caráter de saber abstrato, todas as formas de comunicação simbólica como a linguagem, as formações explicitas de conhecimento com respeito a natureza e à sociedade, os corpos de crença e as ordens de valores, bem como as explanações em cujos termos os povos explicam seu modo de vida e de conduta".

A AMAZÔNIA

A generalização sobre a formação da sociedade brasileira que emergia com a colonização do nordeste, e consequentemente extendendo à Amazônia os mesmos processamentos, não nos parece válida, pois enquanto para o nordeste os sistemas econômicos sociais e políticos, giravam em torno da exploração agrícola, na Amazônia, os mesmos giraram em torno do extrativismo vegetal e animal.

Por outro lado, as fontes de informação sobre a Amazônia, e que serviram de base aos estudos sobre a formação da sociedade amazônica, não ocorrem em termos de orientações teóricas, pois,

partindo-se da análise de considerar a Amazônia como um todo, a conquista da região e o domínio da terra somente podem ser entendidos por um complexo de forças geo-políticas que atuaram no espaço geográfico dessa área (do qual participaram índios, portugueses, africanos e mestiços), formando um triangulo onde seus vértices apoiavam-se em Belém, no Estado do Pará, em Barcelos do Estado do Amazonas e em Vila-Bela, no Estado de Mato Grosso (Mendonça, 1963:6 A).

A expansão e a manutenção desse território foi montada a base da instalações das fortificações militares e de "aldeiamentos" dirigidos por sacerdotes de diversas ordens religiosas.

As primeiras, construídas em locais estratégicos que envolviam o conjunto ao longo das fronteiras vivas e mortais, tais como a Fortaleza de São José de Macapá, Fortaleza de São Joaquim, Forte de São José de Marabitana, Forte de Bragança e Forte Príncipe da Beira, onde para as mesmas, uma série de recomendações constates de Cartas Régias, Alvarás e Decisões, não somente aconselhavam, como estimulavam o casamento entre portugueses e índias.

Os "aldeamentos"dirigidos por missionários Franciscanos da Província de Santo Antônio, Carmelitas, Mercedários , Jesuítas, Franciscanos Província de Nossa Senhora da Piedade e Capuchos da Conceição da Beira e do Minho, estabeleceram-se nas proximidades de Belém, nas atuais zonas Bragantina, Guajarina, do Salgado e Gurupi; na ilha doMarajó e no Amapá. Subiram o rio Tocantins e se instalaram nos afluentes do Amazonas; no Solimões confinaram com os aldeamentos espanhóis e, em muitos casos, a penetração não deu como resultado o estabelecimento de aldeias, entretanto atingiram os rios Araguaia e o Branco e as confluências do Uaupés com o Negro (Maués, 1968:25).

Esses aldeamentos não eram dedicados apenas à catequese ou às práticas religiosas, como também à atividades sociais e econômicas, imprimindo paralelamente à essas diretrizes, outras, capazes de encaminhar a população nelas baseada, a uma diversificação de atividades, mercê dos recursos existentes em sua localização regional.

A importância das Missões Religiosas na região foi imensa e podemos aferir a mesma, pelo número de "colégios, residências, aldeias, engenhos de açúcar e fazendas da Companhia de Jesus" (das

outras Ordens Religiosas não são conhecidas relações completas) na Amazônia:

"- Belém do Pará: Colégio de Santo Alexandre e Igreja de São Francisco Xavier (hoje seminário):

- Margem esquerda do Amazonas: No rio Negro (tarumás) e residência da Casa Forte (Manaus); aldeias de Abacaxis (depois da mudança: Serpa-Itacoatiara), de Santa Cruz no Jamundá (Faro), de Gurupatuba (Monte Alegre), de Urubucuara (Outeiro-Prainha), de Jacuacuara, etc. E também no atual Território do Amapá;

- Margem direita do Amazonas: no rio Javari: aldeia de São Francisco Xavier, fronteira das terras de Portugal com as de Espanha;

- No rio Madeiras: Aldeias de Santo Antônio das Cachoeiras, Trocano (Borba), Abacaxis e Tupinambaranas;

- No rio Tapajós: Aldeias de Tapajós (Santarém), Ibuari (Alter do Chão), Arapiuns ou Comaru (Vila Franca), Santo Inácio (Boim), São José de Mataipus (Pinhel), Santa Cruz e Aveiro;

- No rio Xingu: Aldeias de Muturu (Porto de Moz), Itacuruça (Veiros), Piraviri (Pombal), Aricari (Souzel):

- No rio Tocantins: Aldeias de Camutá, Inhauba, Parijó e Itaboca – na região dos Furos (entre a foz do Xingu e Belém do Pará): Aldeias de Mortiguba (Vila do Conde), do Guamá, de Sumauma (Beja), Aricaru ou Nheengaíbas (Melgaço), Arucará (Portel), dos Bocas e Araticum (Oeiras) e fazendas de Ibirajuba, Gabirié e Jaguarari;

- Na região de baixo até o Salgado ou Costa-Mar: Casa Colégio e Igreja da Mãe de Deus, da Vigia; aldeias do Cabu ou dos Tupinambás (Colares), Maguari, Muribira, Mocajuba, Tabapará, Maracanã, Caeté (Bragança), e Gurupi; fazendas de S. Caetano, Mamaiacu (Porto Salvo) e Curuçá" (Leite, 1965:253-4).

O quadro de relacionamento entre as frentes pioneiras de penetração e os grupos indígenas, foi o mesmo que ainda nos dias de hoje persiste. Tomando-se como ponto de apoio e referência os critérios estabelecidos por Ribeiro (1957:10): isolados, contato intermitente, contato permanente e integrados, desde a conquista do vale amazônico, grupos indígenas ficaram isolados, outros, realizam contatos intermitentes, outros permanentes, alguns ficaram integrados e muitos desapareceram do quadro demográfico da área.

Da mesma forma que ontem, esses contatos podem ser definidos sob duas formas: as frentes maciças de penetração ou de elementos

isolados dessas frentes. É bem verdade que pode ser alegado que esses contatos não são semelhantes, pois os processos são diferentes no tempo e no espaço. Em ambos os casos, entretanto, o domínio da terra é o fator que torna semelhante o choque entre os grupos tribais e as frentes pioneiras de penetração. Dentro desse esquema conceitual – formas de contato e natureza de frentes pioneiras – variantes as mais diversas podem ser encontradas, mantendo fixo o condicionamento de que a contingência econômica, vai definir o tipo de contato mercê dos recursos naturais existentes na região, que abrem essas frentes à penetração (Figueiredo, 1973).

Galvão (1967:6) esclarece que "a população indígena com quem o europeu se defrontou, a julgar pelas primeiras defrontou, a julgar pelas primeiras crônicas de Carvajal, Acuña e das notícias mais recentes alcançadas até o fim do século XIX, de viajantes e naturalistas, em essência não difere da atual", entretanto, muitos foram os grupos que habitando as margens do Amazonas e seus tributários desaparecem tragados pela luta e pela conquista. O processo de distribalização foi grande mercê dos descimentos e apresamentos. Os cronistas missionários e a notícia histórica, nos trazem conhecimento de tribos poderosas e numerosas que foram riscadas violentamente do quadro demográfico da área, enquanto por outro lado, nas proximidades dos aldeiamentos indígenas são implantados os primeiros núcleos de povoamento colonial que deram origem aos atuais centros urbanos na Amazônia.

É ainda Galvão (1967:7) que nos esclarece que enquanto isso ocorre "desenvolve-se uma política de miscigenação com premios em terra, armas e dinheiro ao soldado ou colono português casado com mulher indígena. Ao mesmo tempo que se confere status político e social ao índio "domesticado" facultando-lhe, inclusive, acesso à agência dos negócios dos povoados e vilas, com a criação das edilidades"

Descidos, resgatados, sujeitos ao trabalho compulsório nas fábricas e nos serviços públicos surgidos, o braço indígena foi largamente empregado na exploração das drogas do sertão e produtos naturais, abandonando assim as atividades agrícolas tradicionais.

O mesmo autor (Galvão, 1967:15) distingue no que denomina "continuo histórico" períodos marcados por desenvolvimento

cruciais onde cada uma dessas etapas teve efeitos distintivos no presente:

"1660-1759, marcado pelo estabelecimento das missões, a introdução do catolicismo entre os povos nativos; a tentativa de supressão da religião indígena; a difusão do Tupi-guarani como língua geral; e a substituição de numerosos padrões culturais indígenas por outros europeus, o que se fez sob a vigilância e a orientação de missionários e colonos;

1759-1840, em que as aldeias missionárias e as feitorias foram as bases que permitiram o desenvolvimento das vilas e cidades, ao mesmo tempo que o índio domesticado, se integrava mais profundamente à sociedade mameluca;

1840-1912, período marcado principalmente pelo desenvolvimento da indústria da borracha... A exploração econômica do vale, ainda baseado na coleta de um produto regional, a borracha, condicionou o desenvolvimento das atuais freguesias, sítio e povoados;

1912-1940, abre um período de decadência e estagnação. Volta a Amazônia a seu isolamento anterior, e são muito poucas as influências de fora que alcançam as comunidades rurais;

1940 – aos dias de hoje, onde são reativadas as potencialidades da economia regional pela intensa procura da borracha e materiais estratégicos, ao mesmo tempo que favorece a instalação de agências como o SESP e posteriormente o de planos de desenvolvimento como a SPVEA, com evidentes reflexos na fisionomia sócio-econômico da área".

Esse processo não ocorre paralelamente ao sentido das frentes de penetração. As variantes apontadas pelo autor (Figueiredo, 1963) encontram-se diluídas no espaço amazônico, e ainda hoje, vamos encontrar grupos tribais em relativo isolamento ou apenas com contatos esporádicos com as frentes pioneiras de penetração.

O autor (Figueiredo, 1970) ainda esclarece que imprensados assim, entre essas frentes e os acidentes naturais que a região propícia, esses grupos humanos percorrem hoje, num processo cumulativo e acelerado, todos os caminhos possíveis em suas relações com os "civilizados" da sociedade nacional.

O estudo sobre o elemento português na Amazônia está presente nas pesquisas e obras de cunho histórico realizadas por

Arthur Cezar Ferreira Reis, Ernesto Cruz e Augusto Meira Filho. O autor apresentou pequeno ensaio sobre os Estudos sobre a Cultura Portuguesa em Portugal e no Brasil (Figueiredo, 1973) com uma vizualização específica para a Amazônia, onde conclui que os estudos sobre a cultura portuguesa, são carentes de informação, pois as abordagens tentadas, focalizam apenas alguns aspectos do nível adaptativo, associativo ou Ideológico e nunca a cultura vista como um todo, e consequetemente, onde uma expectativa global defina todo o conjunto da cultura portuguesa.

Quanto ao elemento africano, as notas mais antigas nos são fornecidas pelos naturalistas viajantes, que em seus relatos nos trazem algumas informações sobre os mesmos. Bates (1944:64) nos refere sobre a composição da população de Belém; Agassiz (1938:195) nos relata passagens da vida social da cidade; Wallace (1939:21) nos fala das festas e da participação da população nas mesmas; Ferreira (1952:1971) em sua iconografia, apresenta por sua vez, instantâneos de momento, onde aparece o africano participando da vida econômica; Spix & Martius (1938:19) indicam apenas referências de importação de escravos, enquanto os historiadores clássicos da Amazônia, entre eles Baena (1838) e Berredo (1849) trazem referências sobre a atuação do negro na economia regional.

Uma outra fonte de informações é encontrada nos períodos locais, especialmente no final do século passado e começo deste, dizendo mais da pressão policial, às "casas de feitiçaria" que perturbavam o sossego público nas ruidosas sessões noturnas, ou ao noticiário também esparso, dos "despachos" das encruzilhadas, que amedrontavam a população dos subúrbios distantes da cidade. Ao lado desse noticiário, um fator constante: acusações de "bruxas" e "feiticeiras", "espíritos maléficos", "magia negra" e espíritos demoníacos, que dominavam a macumba nos bairros pobres da cidade (Figueiredo & Vergolino e Silva, 1967; Vergolino e Silva, 1973).

A situação atual de orientação sobre o estudo do contigente africano na Amazônia, parte da análise feita em fontes primárias em arquivos coloniais, como se vê dos trabalhos de Carreira (1969; 1972), Dias (1970); Vergolino e Silva (1968; 1971) e Sales (1971).

Esses estudos já nos permitem conclusões parciais sobre o problema, quanto à modalidade do tráfico, número aproximado de escravos importados, portos de entrada e sua procedência.

Quanto às modalidades do tráfico, o mesmo foi realizado sob diversos regimes: "o assento ou alistamento compulsório de negros cativos na África , com particulares – realizado no século XVII e XVIII; o estanque ou estanco, monopólio atribuído às companhias de comércio; a iniciativa privada realizada irregularmente durante todo o período do tráfico; o contrabando e finalmente o comércio interno, também de iniciativa particular, que deslocou escravos sobretudo da praça da Bahia para o Maranhão, e desta pára o Pará, através dos caminhos terrestres e feitos pelos comboieiros" (Salles, 1971:27).

Quanto ao número de escravos introduzidos, através das diversas modalidades, os dados são ainda incompletos e insuficientes para uma afirmação final sobre o assunto, entretanto os conhecidos e constantes das obras de Carreira (1969; 1972); Dias (1970) e Vergolino e Silva (1971), leva-nos a acreditar que se elevam a mais de 53.00 o número de escravos africanos entrados na Amazônia pelo porto de Belém.

Vergolino e Silva (1971:32) ainda refere que a mão-de-obra escravo não era apenas utilizada na cidade de Belém e cercanias. Vamos encontrar essa mão-de-obra espalhada por toda a Amazônia. Em Belém, os escravos eram utilizados para os serviços domésticos (cozinheira, costureira, ama-seca, criada de servir), como integrantes de bandas marciais, porteiros do legislativo, nas construções navais, nas olarias, nos serviços urbanos e de transporte, enfim os serviços que lhes eram atribuídos pelos seus possuidores, tais como amassadeira de açaí ou vendedora de tacacá, pedreiros, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, escultores, torneiros, alfaiates e tecelões.

Nos outros centros tais como Ourém, Barcelos, Bragança, Macapá, Boim, Ega, Oeiras, Cametá, Santarém, Serpa, Bujaru, Benfica, Mazagão, Acará, Borba, Vigia, Vila Vistosa, Arari, Vila Nova de Mazagão, eram utilizados principalmente nas atividades agrícolas e igualmente nos engenhos de cana-de-açúcar, tais como o do Murutucu, nos limites de Belém; Jaguarary, no Moju; Carmelo, no Tocantins; Cafezal, nas proximidades da Baía de Carnapijó; Palheta, no arquipélago de Marajó e ainda nas áreas das bacias do rios

Acará, Capim, Moju, Igarapé Miri e Baixo Tocantins; nos trabalhos de fortificação (Macapá); olaria (Engenho do Carmelo) e também mineração (Borba).

Sales (1971: 117-23) faz o relato histórico a base de bibliografia de viajantes e cronistas sobre a situação de negro nos engenhos de cana-de-açúcar no Pará, para nos mostrar a figura do senhor de engenho como indivíduo bom, sendo raras as exceções de violência e maldade, e nos refere também sobre as casas-grandes existentes "que nada ficavam a dever em escravaria, suntuosidade de edifícios e opulência de senhores..." porém a unanimidade dos estudiosos da Amazônia, mostram que o ciclo da cana-de-açúcar foi efêmero e passageiro.

CONCLUSÕES

Do oposto, concluiríamos que, apesar da ausência de informações do tempo e no espaço, juntando os fragmentos, enquanto elemento indígena percorre ainda nos dias de hoje, todos os caminhos de desenvolvimento sócio-cultural, distribuídos em áreas culturais indígenas bem definidas e oferecendo expectativas de fricção interétnica em função de cada frente pioneira de penetração, o elemento africano, incorporado compulsoriamente à uma sociedade que emergia, teve que adaptar-se às condições impostas pelo o escravisador. Do nível adaptativo nada restou; o associativo lhe foi imposto, pois como afirma Harris (1967) "quando os seres humanos tem o poder, a oportunidade e a necessidade, se unem com membros do sexo oposto sem considerar a cor da pele ou a identidade do avô. Sempre que a procriação livre numa população de seres humanos é restrita, é porque um sistema maior de relações se encontra ameaçada por semelhante liberdade". Quanto ao nível ideológico, é ainda o mesmo autor (Harris, 1967) que nos explica que, o "efeito do "plantation" sobre as sobrevivências dos elementos religiosos é de interesse todo especial... Uma vez que os cultos africanos contavam principalmente de danças rítmicas, de música e de cantorias em suas fases públicas, é provável que os senhores de engenho, não apenas permitissem como até mesmo encorajassem esses vestígios africanos. Certamente quando trabalhavam no campo, podiam os escravos cantar o ritmo, mantendo a produção de trabalho. Ao cair da noite, a dança com acompanhamento de tambores era permitida e encorajada como diversão que ajudava a levantar o moral dos escravos. Enquanto os escravos faziam tentativas de associar o panteão africano ao panteão católico, seus senhores não ficavam particularmente interessados em tais atividades pagãs".

Quanto ao elemento português, apesar dos elementos que se mesclaram e onde muitos sofreram processos de adaptação e mudança, o português colonizador, na tônica básica do processo civilizatório que atravessava, em momento algum, abriu mão dos padrões básicos de que era portador: a língua, a religião as instituições políticas, administrativas, sociais e morais, a organização social, a maneira de construção de povoados e vilas, arquitetura (civil, militar ou religiosa), a vida em família e o espírito tradicionalista.

Desta forma, vemos que o elemento português, jamais fez concessões de seus traços culturais básicos, e, quanto à economia, que evidentemente servia de suporte para a manutenção de seu Império Mercantil Salvacionista, onde a qualidade do solo era propício à agricultura e ao plantio da cana-de-açúcar, foi cultivada a cana; nas regiões onde existiam especiarias e drogas, aí somente se extraiu as chamadas "drogas do sertão"; onde os recursos minerais se mostrava promissores, aí se instalava um arraial de mineração; onde as faixas de campo apresentavam bons pastos, aí a pecuária foi introduzida e se desenvolveu, e onde o extrativismo vegetal apresentava condições de produtividade, nessas regiões se colhia o mate e outros produtos.

Quanto a mão-de-obra utilizada nesse empreendimento: onde o indígena se mostrava dócil e disposto a participar em tarefas específicas como remeiros, guias, caçadores, pescadores, além de coletores, aproveitava-se essa mão-de-obra, uma vez que o sistema adaptativo tribal não se adaptava à outras técnicas que não as suas, tardiconais; e, onde o braço escravo se fazia necessário, como ocorreu nos ciclos de cana-de-açúcar e da mineração, o africano foi introduzido.

E bem como acentua Costa (1966:9), "talvez a mais importante de todas as influências e a menos estudada seja a que derivou não propriamente da tradição africana, mas das condições sociais criadas com o sistema escravista. A existência de dominadores e dominados numa relação de senhores e escravos propiciou situações particulares, específicas, marcando a mentalidade nacional. Um dos efeitos mais típicos dessas situações foi a desmoralização do trabalho. O trabalho que dignifica a medida em que se resume no esforço do homem para dominar a natureza na luta pela sobrevivência, corrompe-se com o regime da escravidão, quando se torna resultado de opressão, de exploração. Neste caso, ele se degrada aos olhos dos homens. O trabalho que deveria ser o elemento de distinção e diferenciação na sociedade, embora unido os homens na colaboração, na ação comum, torna-se no sistema escravista dissociador e aviltante. A sociedade não se organiza em termos de cooperação, mas de espoliação. Por isso, para o branco, o trabalho, principalmente o trabalho manual, era visto como obrigação de negro, de escravo. "Trabalho é prá negro". A idéia do trabalho trazia consigo, uma sugestão de degradação... Também para o negro, o trabalho, fruto da escravidão, aparecia

como obrigação penosa, confundia-se com o cativeiro, associava-se às torturas do eito".

Quanto à ética gerada por essa sociedade é ainda Costa (1966:10), quando refere que "há um código de ética que funciona entre senhores, outro que serve para as relações com os escravos. Estes, por sua vez, tem as normas que lhes são impostas artificialmente pelos amos e as que lhes são próprias. Todas entram em conflito, são contraditórias. Ora, essa confusão de normas éticas, resulta, inevitavelmente, no seu falseamento, nas atitudes paradoxais, na desorganização social, e é particularmente favorável à dissociação entre princípios morais e conduta prática. Há dois mundos, o do senhor e o dos escravos que convivem, se tocam, se interpenetram nas funções necessárias, sem compreender-se.

Ao mesmo tempo que degradou o trabalho e corrompeu as relações entre os brancos, a escravidão desorganizou a vida familiar. O intercâmbio sexual entre o senhor e a escrava deu margem a que se fixassem preferências por certos vícios e anomalias sexuais (masoquismo – sadismo). De um lado, havia a família branca, aparentemente monógama, de outro, a promiscuidade da senzala a incitar e favorecer a poligamia do senhor. Por sua vez, a situação do escravo também não contribuía para estreitar laços familiares: a desorganização das tradições africanas, o interesse dos senhores à relações consolidadas pelo casamento – que poderiam criar obstáculos à venda – número relativamente pequeno de mulheres em relação a homens, tudo contribuiu para conferir precariedade e instabilidade daqueles laços".

Analizando o problema na zona cafeeira, Costa (1966:459) ao contrario de Freyre, que entre a casa-grande e a senzala, houve sempre uma tensão permanente que os mecanismos de acomodação e controle social mal conseguiram disfarçar. Nem a " benevolência patriarcal" com que as vezes se tratava o escravo, nem a dureza dos castigos físicos aplicados com de intimidá-lo, conseguiram evitar a indisciplina e a revolta. Insurreições, fugas e crimes, expressaram por toda parte, o protesto da escravidão. O sistema escravista assentava-se na exploração e na violência e recorria à violência para se manter.

A escravidão convertendo o escravo em mercadoria despojava-o aos olhos da coletividade, de sua qualidade humana, e como ainda era fácil comprar negros, os fazendeiros não cogitavam em geral,

de melhor suas condições de vida. As intenções filantrópicas que se manifestavam aqui e acolá, passavam despercebidas ou ignoradas.

O escravo doméstico tinha uma situação até certo ponto previlegiada:entrava para a intimidade da família do senhor, era melhor tratado e em certos casos obtinha alforria pelos serviços prestados, mas a maioria dos escravos vivia na promiscuidade das senzalas, mal vestidos, mal alimentados, trabalhando quinze a dezesseis horas por dia sob a vigilância dos feitores.

O preconceito separava senhores e escravos. Generalizara-se a idéia da inferioridade racial do negro e a cor assumiu um significado pejorativo, o que não impediu que houvesse muitas ligações entre branco e negras, dando origem à numerosa população de mestiços.

A natureza das relações entre senhores e escravos variava em função do nível do desenvolvimento das várias áreas. Elas humanizavam-se nas zonas em que a economia comercial entrava em crise, regredindo ao nível da economia de subsistência e os homens se viam obrigados a lutar pela própria sobrevivência. As condições agravavam-se nas áreas em que se fazia exigir o máximo da capacidade produtiva do escravo. A medida que se acentuou o caráter capitalista da empresa agrária, e as fazendas se especializaram, desapareceram as formas tradicionais de acomodação e as tensões entre senhores e escravos agravaram-se. Nas zonas cafeeiras mais novas, a casa-grande e a senzala distanciaram-se cada vez mais.

A escravidão marginalizava o negro, impedindo-o de conservar sua cultura de origem e não lhe permitindo integrar-se na cultura de origem e não lhe permitindo integrar-se na culturas dos brancos. Impossibilitado de conservar sua organização familiar, seu sistema de trabalho, seus cultos primitivos, ele refugiava-se na música e na magia. O cristianismo permaneceria durante muito tempo uma capa exterior a recobrir crenças primitivas".

Enquanto no nordeste o braço indígena foi substituído pelo braço escravo africano na agricultura da cana-de-açúcar, na Amazônia, o ciclo agrícola foi diminuto e sem expressões maiores. No Sul, especialmente em São Paulo, é primeiramente, Bastide & Fernandes (1959:6-7) nos esclarecem que "é pelos fins do século XVII, com a localização de minas auríferas pelos paulistas, que começa a se formar o primeiro fluxo regular e apreciável de escravos negros para essa região. Então, o negro deixa de ser um membro

ocasional das bandeiras para tornar-se uma das suas molas essenciais e o principal agente nos trabalhos da mineração", e, posteriormente, quando há o deslocamento do núcleo das atividades econômicas para a agricultura, "no trajeto percorrido entre os fins do século XVII e o terceiro quartel do século XVIII o negro não só adquirira, uma posição no sistema econômico de São Paulo. Ele se tornara a própria fonte regular e exclusiva do trabalho escravo e da produção agrícola" (Bastide & Fernandes, 1959:13-14).

Os mesmos autores concluem que não se poderia explicar o desenvolvimento da "grande" em São Paulo pelos efeitos imediatos do ciclo da mineração. Aliás o que se entende por "grande lavoura" surge tardiamente em São Paulo, como uma reação à decadência produzida pelo declínio da mineração. Em outras regiões co a Bahia, Minas Gerais e o Rio de Janeiro, as reações foram diferentes, mais produziram de maneira uniforme uma intensificação da produção agrícola. Por isso não temos dúvida em afirmar que o desenvolvimento agrícola de São Paulo, a partir do terceiro quartel do século XVIII, não apresenta outras peculiaridades além daquelas que resultaram das condições locais em que se operou tão importante transformação econômica. No mais, esta se explica pelos mecanismos de substituição periódica de uns produtos por outros na economia colonial Brasileira" (Bastide & Fernandes, 1959:19).

Ao realizar o estudo da economia amazônica, Mendes (1971:3-5), mostra que a Amazônia pode ser "definida quanto ao meio: a) expansão considerável, que alcança a 5,1 de quilômetros quadrados. É bastante recordar que se independente, seria o maior país da América Latina e um dos maiores do mundo; b) distâncias efetivas, entre os principais centros regionais e nacionais, de dimensão intercontinental. Não é apenas uma conseqüência direta de sua extensão territorial, mas também das vias de comunicação naturais: rios e oceanos; c) posição geográfica a meio caminho entre o ecúmeno brasileiro e América do Norte, próxima da Europa e, através do Canal de Panamá, menos distante do Extremo Oriente do que o resto do País; recursos naturais supostamente abundantes, porém insuficientemente conhecidos ou localizados a distância dos centros sociais e econômicos; quanto ao homem; e) volume demográfico insignificante, cerca de 5 milhões de indivíduos. Se autônomos, constituíram uma das menores nações do continente;;

f) distribuição extremamente desigual. Existem algumas manchas populacionais dignas de consideração, como por exemplo no norte do Pará, na zona do Baixo Amazonas, em torno de Manaus, no Acre e em algumas áreas do Maranhão Amazônico; g) ocupação predominante em atividades primárias, inclusive extrativista com um setor terciário excepcionalmente desenvolvido (comércio e Governo); h) condições sociais precárias, fora dos principais centros urbanos, com um cortejo conhecido de carência e deformações; e quanto à economia; i) voltada para o extrativismo, não apenas quanto à ocupação direta neste setor, mas também nas atividades de apoio, notadamente o comércio (e dentro deste os sistemas de "aviamento" e "regatão", como formas peculiares); j) em grande parte de autosubsistência sem qualquer participação no mercado regional ou nacional; l) nas suas atividades mais expressivas, alienada, por isso mesmo dependente de mercados extra-regionais; m) em razão dessa dependência instável, sua história esta repleta de casos de substituição de produtos regionais preponderantes, na medida em que centros de abastecimento surgem em melhores condições, ou em que a tecnologia os desloca em benefício de produtos industriais".

Ao examinarmos os ciclos e sub-ciclos econômicos históricos e seus condicionamentos como o fizeram Buescu & Tapajós (1969), verificaríamos que uma economia decalcada à base do extrativismo vegetal e animal, jamais poderia gerar uma sociedade patriarcal no modelo da Casa-Grande, pois a própria subcultura amazônica dos dias de hoje é a resultante da integração de elementos culturais, de que eram portadores os que participaram do processo de colonização da região e as mudanças culturais hoje encontradas são decorrentes da transformação de uma sociedade colonial de índios, portugueses e mestiços, na atual sociedade amazônica (Figueiredo & Vergolino e Silva, 1972:35).

BIBLIOGRAFIA

AGASSIS, LUIZ & ELIZABETH CARY
1938 – Viagem ao Brasil. 1865-1866. Brasiliana, val. 95. Companhia Editora Nacional. São Paulo.
AZEVEDO, FERNANDO

1958 – A Cultura Brasileira. Introdução ao Estado da Cultura no Brasil. 3ª. Ed. Edições Melhoramentos. São Paulo.
BAENA, ANTONIO LADISLAU MONTEIRO
1838 – Compêndio das Eras da Província do Pará. Santos e Santos Menor. Belém.
BALDUS, HERBERT
1954 – Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira. 1º. vol. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. São Paulo.
1968 – Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira. 2º. vol. Volkerkundlische Abhandlugen. Band IV. Hannover.
BASTIDE, ROGER
1945 – Imagens do Nordeste Místico em Preto e Branco. Empresa Gráfica. O Cruzeiro S/A. Rio.
1959 – Brasil, Terra de Contrastes. Difusão Européia do Livro. São Paulo.
1961 – Candomblé da Bahia. Brasiliana, vol. 313. Companhia Editôra Nacional. São Paulo.
1971 – As Religiões Africanas no Brasil. 2 vols. Livraria Pioneira Editôra. São Paulo.
1973 – Estudos Afro-Brasileiros. Editôra. Perspectiva S/A. São Paulo.
BASTIDE, ROGER & FERNANDES, FLORESTAN
1959 – Brancos e Negros em São Paulo. 2ª. Ed. Brasiliana, vol. 305. Companhia Editôra Nacional. São Paulo.
BATES, HENRY WALTER
1944 – O naturalista do rio Amazonas.1º. vol. Brasiliana, vol. 237. Companhia Editôra Nacional. São Paulo.
BARRETO, BERNARDO PEREIRA DE
1849 – Annaes Históricos do Estado do Maranhão. 2ª. Ed. Tipografia Maranhense. Maranhão.
BUESCU, MIRCEA & TAPAJÓS, VICENTE
1969 – História do Desenvolvimento Econômico do Brasil. 2ª. Ed. A Casa do Livro Ltda. Rio.
CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE
1962 – Capitalismo e Escravidão. Difusão Européia do Livro. São Paulo.
CAMARGO, CANDIDO PROCÓPIO FERREIRA DE
1961 – Kardecismo e Umbanda Pioneira Editôra. São Paulo.
CARNEIRO, EDISON

1936 – Regiões Negra. Biblioteca de Divulgação Científica. Editôra Civilização Brasileira. Rio.
1937 – Negros Bantus. Biblioteca de Divulgação Científica. Editôra Civilização Brasileira S/A. Rio.
1954 – Candomblés da Bahia. 2ª. Ed. Editorial Andes. Rio.
1964 – Ladinos e Crioulos. Editôra. Civilização Brasileira S/A. Rio.
CARREIRA, ANTÔNIO
1969 – As Companhias Pombalinas de Navegação e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro. Imprensa Portuguesa. Porto.
1972 – Cabo-Verde. Formação e Extinção de uma Sociedade escravocrata (1460-1878). Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Bissau.
COSTA, EMILIA VIOTI DA
1966 – Da Senzala à Colonia. Difusão Européia do Livro. São Paulo.
DIAS, MANUEL NUNES
1970 – A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão. 2 vols. Universidade Federal do Pará. Belém.
DIÉGUES JR., MANUEL
1959 – Land Tenure and Use in the Brazilian Plantation, IN Plantations Systems of the New World. Washington.
1960 – Regiões Culturais do Brasil. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Ministério da Educação e Cultura. Rio.
1963 – Etnias e Culturas no Brasil. 3ª. Ed. Editora Letras e Artes. Rio.
1963A – Imigração, Urbanização e Industrialização. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Ministério da Educação e Cultura. Rio.
1964 – O Brasil e os Brasileiros. Livraria Martins Editôra. São Paulo.
DUARTE, ABELARDO
1952 – Sobrevivências do Culto da Serpente (Dahn-Gbi) nas Alagoas, IN Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, vol. XXVI. Maceió.
EDUARDO, OCTAVIO DA COSTA
1966 – The Negro in Northern Brazil. A Study in Acculturation. 2nd. Ed. University of Washington Press. Seatle.
FERNANDES, FLORESTAN
1960 – Mudanças Sociais no Brasil.Difusão Européia do Livro. São Paulo.

1965 – A Integração do Negro numa Sociedade de Classe. 2 vols. Editôra da Universidades de São Paulo. São Paulo.
1968 – Mobilidades Social e Relações Sociais: o drama do negro numa sociedade em Mudança, IN cadernos Brasileiros, Ano X, número 47. Rio.
FERNANDES, GONÇALVES
1941 – O Sincretismo Religioso no Brasil. Editôra Guaira Ltda. Curitiba.
FERREIRA, ALEXANDRE RODRIGUES
1952 – Virgem Filosófica às Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Vol. I. Gráficos Bruner Ltda. São Paulo.
1971 – Virgem Filosófica às Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. 1783-1792. Iconografia, vol. I. Geografia-Antropologia. Conselho Federal de Cultura. Rio.
FIGUEIREDE, NOPOLEÃO
1963 – Os problemas de uma abordagem funcional-estrutural em sociedades extintas na Amazônia: os Tapajós, IN Revista de Educação e Letras, vol, I, N.o 2. Universidade Federal do Pará. Belém.
1970 – Groupes indígenas et fronts pionniers de penetration nationale dans l'Etat Du Pará, IN Bulletin de La Societé Suisse dês Americanistes. No. 34. Genève.
1973 – Estudos Sobre a Cultura Portuguesa em Portugal e no Brasil, IN Revista de cultura do Pará ns. 12/13. Conselho Estadual de Cultura. Belém.
FIGUEIREDO, NAPOLEÃO & VERGOLINO E SILVA, ANAÍZE
1967 – Alguns elementos novos para o estudo dos Batuques de Belém, IN Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica. Vol.2. Antropologia. Conselho Nacional de Pesquisas. Rio.
1971 – Estudos e Problemas Brasileiros. Formação Étnica e Cultural do Povo Brasileiro. Centro de Educação. Universidade Federal do Pará. Belém. Mim.
1972 – Festas de Santo e Encantados. Academia Paraense de Letras. Belém.
FREYRE, GILBERTO
1951 – Sobrados e Mocambos. 2 vols. 2ª. Ed. Livraria José Olympio Editôra. Rio.
1952 – Casa Grande & Senzala. 2 vols. 7ª. Ed. Livraria José Olympio Editôra. Rio.

FURTADO, CELSO
1959 – Formação Econômica do Brasil. 2ª. Ed. Editôra Fundo de Cultura. Rio.
GALVÃO, EDUARDO
1960 – Áreas Culturais Indígenas do Brasil (1900-1959). Boletim do Museu Praense Emílio Goeldi. Nova série. Antropologia. N.o 8. Belém.
1967 – Estudos de Antropologia na Amazônia, IN Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica. Vol. 2 Antropologia Conselho de Pesquisas. Rio.
GERBERT, MARTIN
1970 – Rwligionen in Brasilien. Eine Analyse der nicht katolischen Religions-formen und hire entwicklung im Sozialen Wandel der Brasilianischen Gesellschaft. Biblioteca Ibero-Americana. Band 13. Colloquium Verlag. Berlim.
HARRIS, MARVIN
1967 – Padrões Raciais na América. Editôra Civilização Brasileira. Rio.
LANNI, OTÁVIO
1962 – As metamorfoses do escravo. Difusão Européia do Livro. São Paulo.
LAMBERT, JACQUES
1967 – Os dois Brais. 3ª. Ed. Brasiliana, vol. 355. Companhia Editôra Nacional. São Paulo.
LEACOCK, SETH & RUTH
1972 – Spirits of the Deep. Natural History Press. New York.
LEITE S. I., SERAFIM
1965 – Suma História da Companhia de Jesus no Brasil. Junta de Investigação do Ultramar. Lisboa.
MAUÉS, RAIMUNDO HERALDO
1968 – Congregações Religiosas na Amazônia, IN Ação das Ordens Religiosas na Amazônia. Grêmio Literário Português. Belém.
MENDES, ARMANDO
1971 – Viabilidade Econômica da Amazônia. Universidade Federal do Pará. Belém.
MENDONÇA, MARCOS CARNEIRO DE
1963 – A Amazônia na era Pombalina. 1º. vol. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio.

MOREIRA NETO, CARLOS DE ARAUJO
1967 – Constante história do "Indigenato" no Brasil, IN Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica. vol. 2. Antropologia. Conselho Nacional de Pesquisas. Rio.
OLIVEIRA, ROBERTO CARDOSO DE
1963 – Aculturação e "fricção interétnica, IN América Latina, Ano V, vol. 3. Centro Interamericano de Pesquisas em Ciências Sociais. Rio.
1964 – O índio e o Mundo dos Brancos. A situação dos Tukuna no Alto Solimões. Difusão Européia do livro. São Paulo.
1966 – O índio na Consciência Nacional, IN América Indigena, vol. XXVI, nº. 1. México.
PEREIRA, JOÃO BATISTA BORGES
1967 – Cor, Mobilidade e profissão. Livraria Pioneira Editôra. São Paulo.
PEREIRA, NUNES
1947 – A Casa das Minas. Contribuição ao estudo das sobrevivências Daomeianas no Brasil. Publicações da Sociedade Brasileira de Antropologia. Nº. 1. Rio.
PRADO JR., CAIO
1957 – Formação do Brasil Contemporâneo. 5ª. Ed. Editôra Brasiliense Ltda. São Paulo.
RAMOS, ARTHUR
1951 – Introdução à Antropologia Brasileira. 2 vols. 2ª. Ed. Livraria Editôra Casa do Estudante do Brasil. Rio.
RIBEIRO, DARCY
1956 – Convívio e Contaminação, IN Sociologia, vol. XVII, nº.1. São Paulo.
1957 – Culturas e Línguas Indígenas do Brasil, IN Educação e Ciências Sociais. vol. II, nº. 6. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Ministério da Educação e Cultura. Rio.
1968 – O Processo Civilizatório. Editôra Civilização Brasileira. Rio.
1970 – Os índios e a Civilização. Editôra Civilização Brasileira S/A. Rio.
1972 – Teoria do Brasil. Editôra Paz e Terra S.A. Rio.
RIBEIRO, RENÊ
1952 – Cultos afro-brasileiros do Recife. Um Estudo de Ajustamento social. Instituto Joaquim Nabuco, Recife.
RODRIGUES, NINA

1945 – Os Africanos no Brasil. Brasiliana, vol. 9. Companhia Editôra Nacional. São Paulo.
SALLES, VICENTE
1971 – O Negro no Pará, sob o Regime da Escravidão. Fundação Getúlio Vargas & Universidade Federal do Pará. Rio.
SMITH, T. LYNN
1967 – Brasil. Povo e Instituições. Aliança para o Progresso. Rio.
SPIX & MARTIUS
1938 – Viagem pelo Brasil. 3º. vol. Ed. Companhia Editôra Nacional. São Paulo.
STEGER, HANNS-ALBERT
El transfondo revolucionário Del sincretismo criollo. Aspectos Sociais de La tranformacion clandestina de La Religion en Afroamerica colonial y poscolonial. Sondeos. Nº. 86. Cuernavaca.
VALENTE, WALDEMAR
1955 – Sincretismo Religioso Afro-Brasileiro, Brasiliana vol. 280. Companhia Editôra Nacional. São Paulo.
1964 – Sobrevivências Daomeianas nos grupos de Culto Afro-nordestinos. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife.
VERGOLINO E SILVA, ANAÍZA
1968 – Alguns elementos novos para o estudo do Negro na Amazônia. Museu Paraense Emílio Goeldi. Publicações Avulsas nº. 8. Belém.
1971 – O Negro no Pará – A Notícia Histórica, IN Antologia da Cultura Amazônica. vol. VI. Antropologia e Folclore. Amazônia Edições Culturais Ltda. Belém.
1973 – O Tambor das Flores – Estrutura e Simbolismo Ritual de uma Festa da Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará. Projeto de Pesquisa para Tese de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Mim.
WAGLEY, CHARLES
1965 – An Introdution to Brazil. Columbia University Press. New York.
WALLACE, ALFRED RUSSEL
1939 – Viagens pela Amazônia e Rio Negro. Brasiliana, vol. 156. Companhia Editôra Nacional. São Paulo.

Este livro foi composto pela Gráfica Ziló LTDA para Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas, em Minion pro/kalinga no corpo 11/20 e impresso sobre papel offset 90g/m² em Abril de 2012.

cada região fisiográfica, em cada meio ambiente, apresentou características próprias, onde, em muitas dessas regiões, não teve a importância e as dimensões observadas no Nordeste agrário.

A nosso ver, a análise desse processo envolve preliminarmente uma perspectiva de trabalho, pois duas alternativas são oferecidas: a primeira levaria-nos a tratar o tema debaixo de uma vizualização global, onde a formação da sociedade brasileira, quer do ponto de vista étnico, quer cultural, seria a resultante de atividades econômicas que criaram uma infraestrutura, em torno da qual todos as relações étnicas e culturais se fizeram, dando, como consequência, subculturas regionais, configuradas de forma teórica em regiões culturais brasileiras, como a bordagem realizada por Diégues Jr. (1960) que, partindo das relações do meio físico e das condições econômicas, das inter-relações do processo de crescimento demográfico, econômico, social e cultural, e das ocupações dos vazios demográficos, divide o Brasil em regiões culturais.

Secretaria de
Estado de Cultura

TRABALHANDO PARA
CRIAR OPORTUNIDADES

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com

Secretaria de Estado
de Cultura e Economia Criativa